

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE – CTPP

Ata da 29ª Reunião Ordinária

DATA: 30 de novembro de 2001

LOCAL: Hotel Augusta Boulevard - Rua Augusta, 849 - São Paulo - SP.

PARTICIPANTES: Júlio Maito Filho (CNC), Albucaçis de Castro Pereira (CNC), Maria de Fátima Cantídio Mota (CNI), Ronald Caputo (CNI), Benedito Dario Ferraz (CNT), Magnus Ribas Apostólico (CNF), Clovis Veloso de Queiroz Neto (CNA), Luis Sérgio S. Mamari (CNC), Domingos Lino (CUT), Guilherme Pedro Neto (CONTAG), Valdete Lopes Ferreira (FS), Aristeu Lázaro Salvador (CGT), Adir de Souza (SDS), Vera Olímpia Gonçalves (SIT/MTE), Juarez Correia Barros Júnior (DSST), Ivone Corgosinho Baumecker (DSST), André Luiz Moraes Cardoso (DSST), Joseline Maria Campos Tenório Carneiro Leão (DRT/PE), Roque Luis Mion Puiatti (DRT/RS), Luisa Tânia Elesbão Rodrigues (DRT/RS), Luiz Carlos Fadel Vasconcelos (Ministério da Saúde), Maurício de Passos Melo (DSST), Mara Lucia Malta Ferreira, SIT/MTE, José Eduardo Freire de Menezes (DRT/ES), Noé Dias Azevedo (DRT/SP).

ABERTURA DOS TRABALHOS: Aos 30 de Novembro de 2001, às 10 horas, foi aberta a reunião, tendo-se no bloco de abertura realizado a aprovação e assinatura da ata da 28ª reunião ordinária. À ocasião, o Dr. Juarez Correia considerou como aprovada a ata e apresentou o segundo ponto da reunião, o bloco de Normas Regulamentadoras que foi dividido em Normas publicadas e concluídas e em Normas em andamento. Quanto ao bloco Normas concluídas, afirmou que gostaria de simplificar o seu encaminhamento por já estarem publicadas as Normas em análise. Em seguida, o expositor indagou se havia algum tipo de manifestação em relação às Normas publicadas, indagou de alguma questão relativa à NR-06, sobre Equipamentos de Proteção Individual. Quanto à NR-08, sobre Edificações, afirmou que a mesma sofreu uma pequena correção de apresentação, valendo o mesmo para a NR-18, sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria e na Construção, que já vinha com deliberação tripartite do Comitê Permanente Nacional da Indústria da Construção e a NR-23, sobre Proteção contra Incêndio, que também foi uma correção de título. Ao final, sugeriu que se passasse para o item que trata de informes em relação ao andamento de cada uma das Normas Regulamentadoras em negociação. Em relação à Norma Regulamentadora n.º 4, sobre Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, o expositor justificou a ausência do doutor Mário que estava em Curitiba. Solicitou então à Doutora Joseline que fizesse uma síntese de como está o andamento e a discussão da NR-04 e, mais do que isso, qual é a previsão de conclusão das negociações da mesma. O Senhor Dr. Júlio Maito interveio afirmando que estão em discussão dois itens: o primeiro o do credenciamento, para o qual ainda há muitas colocações em estudo. Ainda sobre o tema, afirmou que os trabalhadores têm uma intenção de que haja uma participação dos mesmos e da sua bancada para a questão de credenciamento mas que a visão dos empregadores é de que isso deve ser unicamente função do Ministério do Trabalho e Emprego, sugerindo então um tripartismo para o descredenciamento,

mas não para o credenciamento. No entanto, afirmou que as questões ficaram para a discussão de Janeiro, não havendo sido decidido nenhum ponto. O Dr. Juarez Correa indagou do mesmo se este poderia fazer uma previsão de cronograma para essa nova

30 Norma Regulamentadora, ao que respondeu que não. O Dr. Juarez Correia deu prosseguimento, solicitando à Dr^a Joseline Leão que fizesse o informe da Norma Regulamentadora 5, sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. A mesma atendeu informando que não houve alteração no quadro anterior. O Dr. Juarez Correia passou à discussão da NR-10, sobre Instalações e Serviços em Eletricidade, pedindo

35 ao engenheiro José Eduardo que a apresentasse e solicitando igualmente um complemento do engenheiro Maurício. O Dr. José Eduardo iniciou sua exposição afirmando tratar-se de medida de segurança e saúde em instalações e serviços com energia elétrica com potencial de risco, área que apresenta elevada frequência acidentária. Apresentou também o mesmo expositor algumas inovações, como o direito

40 de recusa, o qual apontou como importante no setor de energia elétrica, pois estabelece a obrigatoriedade de treinamento em técnicas de segurança para profissionais e trabalhadores autorizados a interação com a eletricidade. Outro ponto lembrado foi a equiparação com modernas Normas operacionais, estabelecendo o conceito universal de segurança para o trabalho de instalações elétricas desenergizadas, bem como limitações e procedimentos específicos para trabalho em

45 estações elétricas energizadas. O Dr. Juarez Correia informou que a Norma aprovada só estaria disponível para consulta pública a partir de Fevereiro. O Dr. Luiz Carlos fez uma consideração, em relação à NR-10, se haveria alguma possibilidade de se efetuar o treinamento de trabalhadores para se adequarem à mesma. O Dr. José Eduardo respondeu afirmando que esta proposta já está sendo abordada num novo texto de treinamento. O Dr. Juarez Correia passou à discussão da NR-30, sobre Segurança e

50 Saúde no Trabalho Aquaviário, lembrando que seu processo de elaboração está sendo amplo. O Dr. Guilherme Neto indagou se a indicação dos nomes para votação da Norma será iniciada no mês de fevereiro, ao que respondeu afirmativamente o Dr. Juarez Correia. O Dr. Albucacis de Castro ressaltou que tal decisão é importante no âmbito da confederação. O Dr. Juarez Correia passou à discussão da Norma Regulamentadora Rural apontando que há duas semanas havia sido iniciada a discussão tripartite da Norma, prevendo dificuldades, já que a mesma é bastante extensa. No entanto, apresentou como uma boa notícia o fato de que o processo de

60 negociação da Norma Rural já fora iniciado. O Dr. Guilherme Neto interveio, concordando com o dito anteriormente e afirmando que a discussão das regionais também é importantíssima. Nesse momento, o Dr. Albucacis de Castro indagou se o próprio grupo já formou o comitê permanente, ao que respondeu negativamente o Dr. Juarez Correia. Nesse momento, o Dr. Clóvis Veloso chegou ao debate, afirmando que

65 o grupo da CNA, do qual faz parte, já havia conversado na CPNR e estava se mobilizando para responder sobre a Convenção 184, cuja previsão de término não apresentou, mas até o próximo mês já se teria discutido boa parte da Norma. Terminada a discussão, o Dr. Juarez Correia expõe sobre as três Normas Regulamentadoras, quais sejam, uma nova Norma para Ambientes Confinados, uma

70 NR-15, anexo 6 - Pressão Hiperbárica, sobre Atividades e Operações Insalubres, e uma NR-20, sobre Líquidos e Combustíveis Inflamáveis. Informou que já se está na fase final de constituição dos grupos e que, como os temas são muito relevantes e muito técnicos, está-se incorporando outros segmentos de governo na construção dos GTs.

75 Terminada a exposição, passou à discussão do próximo ponto da pauta, solicitando que o engenheiro Roque fizesse uma apresentação, dando um rápido histórico do processo de discussão da NR-16, qual o objetivo da proposta trazida para deliberação nesse fórum e com que apoio e consenso o texto chega à CTPP. O Dr. Roque Puiatti iniciou sua exposição lembrando que o texto é um trabalho de três anos. O Dr. Juarez Correia interveio, em seguida, lembrando da importância de medidas preventivas no procedimento de abastecimento de aeronaves em aeroportos, bem como da grande oportunidade de já iniciar a implementação de prevenção em aeroportos, independente do prosseguimento das nossas discussões com implicações salariais, etc. É nesse contexto, afirmou, que se está apresentando, submetendo à deliberação e manifestação da CTPP. O Dr. Dário Ferraz indagou da representação da aeronáutica, ao que respondeu o Dr. Juarez Correia que o texto foi construído com a participação dos representantes da aeronáutica, dos sindicatos patronais das duas áreas, que são dois sindicatos patronais, e do sindicato dos trabalhadores, também das duas áreas, os aeroviários e o aeroportuários. Respondendo à mesma pergunta, o Dr. Roque Puiatti afirmou que participaram de todo processo, desde os primeiros momentos, o Departamento de Aviação Civil – DAC e a INFRAERO. Da representação dos empregadores, os dois sindicatos nacionais, o SNEA ou sindicato das empresas maiores, e o SNETA, de táxi aéreo, além do representante dos trabalhadores, a Federação dos Aeronautas e Aeroviários, e várias representações de aeroportuários e aeroviários. O Dr. Domingos Lino observou que das duas áreas, somente em uma foi possível o consenso. No tocante a medidas de proteções adicionais, não houve problema. O Dr. Juarez Correia concluiu então que o texto apresentado em forma de portaria foi aprovado pela CTPP e que o mesmo seria encaminhado à sua publicação, o que não encerra a discussão ou as repercussões da NR-16. Encerrou-se assim, com a aprovação, o bloco de Normas Regulamentadoras, avançando-se para o terceiro bloco, de realizações do Ministério do Trabalho. Iniciando a discussão. Solicitou que a Eng^a Ivone, fizesse uma rápida retrospectiva, de qual foi o investimento do Ministério do Trabalho em capacitação. A Dr^a Ivone Corgosinho, atendendo à solicitação, lembrou os vários cursos dados 2000 e 2001. Ressaltou que já é o terceiro ano seguido que a OIT tem dado cursos de qualidade. Lembrou igualmente do grande esforço de capacitação dos auditores fiscais em 2000 e 2001, período em que seis cursos continuados foram oferecidos, bem como 3211 oportunidades de treinamento para os poucos mais de 600 auditores fiscais, o que dá uma média de mais de 5 cursos de uma semana por auditor fiscal. A área Rural foi também lembrada, já que só no ano de 2001, foram capacitados 435 auditores fiscais no curso de gestão de segurança nas atividades rurais. Esse curso ampliou sensivelmente a ação dos Auditores-Fiscais no meio rural, que era uma ação tímida, muitas vezes por falta de conhecimento da organização da atividade da produção. Afirmou que em 2002, haverá continuidade de três cursos, de gestão de atividades rurais, de segurança química e acidentes maiores e de combate aos acidentes fatais para os membros dos CPRs da Construção. Também será iniciado o Curso de Capacitação em Auditoria Estratégica em SST. A Dr^a Joseline Maria fez então considerações sobre o programa de transformação da fiscalização, dos quais participaram o Dr. Caputo, Júlio, Albucacis, o Lino, Valdete e a bancada de governo, agradecendo enfim aos parceiros em nome do Ministério do Trabalho e da ESAF. O Dr. Júlio Maito, a seu turno, lembrou das diferenças de percepções entre auditores fiscais e empresários, afirmando que pelo sistema de tripartismo, a situação anterior de

desconfiança e hostilidade pôde ser superada. A propósito, o Dr. Domingos Lino concordou, enfatizando a importância não só da qualificação, com todo um material, com toda uma contribuição da ESAF e dos demais profissionais envolvidos na área, mas principalmente pelas experiências, pelas possibilidades de inovações que têm na

125 área. O Dr. Roque Puiatti lembrou, como um dos diferenciais dos cursos que vêm sendo feito, o fato de que muitos dos debatedores foram parte do curso como alunos e como atores do processo. Outro aspecto de diferenciação mencionado seria o fato de que os mesmos não só foram atores como também professores. O Dr. Juarez Correia

130 passou para o próximo item, convocando o Engenheiro Maurício para tratar do esforço de campanhas na área Rural de 2001. O Dr. Maurício Melo iniciou sua exposição apresentando um seminário realizado em Petrolina, encerrando o planejamento do seminário do lançamento da campanha nacional de prevenção em acidentes de trabalho no setor Rural, com a presença de um público muito expressivo nos dois dias do evento, o público da região e também representações de trabalhadores e dos

135 representantes do setor patronal de outros estados da região do Norte-Nordeste, ressaltando-se dois pontos, a saber: a assinatura de um termo de compromisso, no final do evento, onde várias instituições que tratam das questões do acidentes do trabalho, naquela região de Petrolina, se comprometendo a diversos pontos que foram abordados no evento; e a assinatura do SESMT unificado, também da região, da região

140 de Petrolina, com a participação, a articulação da DRT de Pernambuco. Continuou afirmando que foram abordadas basicamente as questões ligadas à prevenção de acidente no uso de agrotóxicos e, para o ano que vem, o departamento inova com a realização de 8 seminários nacionais, dentre eles, o seminário do setor Rural que vai ser realizado em maio de 2002, em Curitiba, e do setor elétrico e telefonia, saneamento

145 e urbanismo, setor portuário e setor da mineração em junho, em Belo Horizonte, que também já tem local definido. O Dr. Guilherme Neto lembrou, porém, a necessidade de construir melhor o entendimento no campo entre os atores envolvidos, o que não implicaria necessariamente copiar experiências de outros países. Apresentando as realizações de seu grupo, o Dr. Valdete Lopes informou que foi realizado em Ribeirão

150 Preto, nos dias 26 e 27, o segundo seminário de prevenção de acidentes na aplicação de agrotóxico, com participação de mais de 300 trabalhadores rurais. A propósito, lembrou que houve um rearranjo na entidade sindical representativa dos trabalhadores, a nível de São Paulo, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, mas que isso não trouxe nenhum problema no que diz respeito à continuação das discussões e da

155 representação, que é do Júlio Nishimura, no grupo específico de construção da Norma. Apresentando as realizações de seu grupo, o Dr. Clóvis Veloso informou que a CNA participou em quase todas as atividades junto ao Ministério do Trabalho, solicitando a este que procurasse não marcar dois eventos de mesmo assunto e mesma área em datas que pudessem coincidir. Apresentando a sua experiência no Paraná, o Dr. Adir

160 de Souza mencionou a parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná, com a empresa extensionista, a Emater e a Secretaria de Agricultura. Mencionou igualmente a necessidade de uma atuação mais incisiva na área de agrotóxicos, apontando como experiência positiva a da Fundacentro, com o Clóvis Meireles, com o Rosa e o Eduardo, solicitando sua participação. O Dr. Guilherme

165 Neto lembrou da atuação da SDS em parceria com a CGT e a Força. O Dr. Juarez Correia passou ao próximo tema, solicitando à Engenheira Luiza Tânia, que fizesse um relato das últimas visitas técnicas de 2001, no setor da indústria da construção, ao que

a mesma atendeu afirmando que o ministério vem implementando um programa de visitas técnicas em setores econômicos coincidentes com aqueles que foram escolhidos enquanto metas macroregionais do programa do Ministério do Trabalho, havendo sido uma delas a construção. Ressaltou que o principal aspecto positivo foi a possibilidade de gestão e de melhoramento dos índices de acidentes de trabalho. Concluiu afirmando que a proposta para o ano seguinte é de que caso o planejamento do ministério coincida com os mesmos setores econômicos, há aí uma proposta de se indicar outras empresas, com a finalidade de difundir essas boas práticas de gestão, coincidentes, talvez, em outras atividades econômicas, coincidentes com várias regiões do Brasil. O Dr. Luiz Carlos, a seu turno, sugeriu a criação de um protocolo de padronização de empresas saudáveis, com o que concordou o Dr. Juarez Correia, lembrando da necessidade de se obterem contribuições de experiências de várias áreas. A esse propósito mesmo, o Dr. Ronald Caputo lembrou o programa da empresa saudável do SESI, em que o problema da certificação tem ganhado destaque, principalmente em razão das barreiras alfandegárias. Ainda sobre o mesmo tema, o Dr. André Luiz apontou a expressiva experiência da empresa L Priori, que se destaca hoje no setor de construção civil. Por sua vez, o Dr. Magnus Ribas lembrou a iniciativa de várias empresas de Minas Gerais, no final da década de 80, início da década de 90, da introdução de um programa de alimentação mais organizado, mais bem gerenciado, pelo qual puderam constatar uma redução muito grande nos acidentes de trabalho. Nesse sentido, o Dr. André Luiz fez algumas considerações a respeito do PAT, salientando que se trata de um programa de política compensatória, cujo sucesso no Brasil, que permite atender 103 mil empresas e oito milhões e duzentos mil trabalhadores beneficiados, ocorre porque o salário no Brasil ainda é muito baixo. No entanto, considerou que o programa não é filosoficamente bom. Não obstante este fato, o mesmo expositor salientou o sucesso do programa, como a chegada da alimentação à classe trabalhadora, através do acesso ao programa de alimentação aos trabalhadores, que se ocorrer seguindo as suas regras, tem-se efetivamente uma enorme aceleração, inclusive na economia. Nesse aspecto, no entanto, o Dr. Magnus discordou, lembrando aspectos positivos do PAT. A Dr^a Ivone interveio ressaltando a importância de a CTPP fazer PBQP em 1998, de fixar uma meta exterior à ação fiscal, para a própria auditoria fiscal, pretendendo reduzir a taxa de mortalidade, de fixar uma taxa de referência, e essa taxa de referência é de 19,73 de taxa de mortalidade em 98. A incidência acumulada no Brasil é 1,69%, sendo a taxa de mortalidade é 15,19 por 100.000, a taxa de letalidade é 8,22 por mil, e a taxa de acidentes graves é 8.88 por mil. Ressaltou também que em relação aos outros países, tem-se uma incidência acumulada muito baixa, em alguns estados baixíssimas, o que leva a reconhecer o mundo oficioso do não-vínculo de emprego e do não registro de acidentes por parte da previdência. Em compensação, lembrou que a taxa de mortalidade é em média, seis vezes maior do que o restante do mundo e a letalidade é cerca de 23 vezes maior do que o restante do mundo. Por fim, a mesma expositora anunciou, para a semana seguinte, o envio para todos os membros da CTPP de um CD oficial contendo tais dados. Sobre o assunto, o Dr. Luiz Carlos observou que não se entende porquê não se têm estatísticas e informações de acidentes de trabalho e de doença ocupacional, ressaltando a importância de tais informações e o fato de que a Previdência não processa os dados enviados pelas empresas. O Dr. Magnus Ribas se mostrou surpreso com o fato, lembrando que, como a CAT pode ser emitida por qualquer um, existe um

215 grande número de CATs emitidas, remetidas ao INSS que o mesmo não caracteriza
como doença ocupacional ou acidente do trabalho. Então, concluiu, existe uma grande
entrada, e não necessariamente a mesma saída, porque nem sempre é a empresa que
emite a CAT. Complementando a discussão, a Dr^a Ivone lembrou que foi elaborada
220 uma portaria completa sobre a emissão da CAT, o recebimento da CAT, o
processamento da CAT e a liquidação da CAT. Colocou em debate outra questão, qual
seja, de que benefícios que estão sendo pagos como doenças ou acidentes comuns,
que na verdade são doenças ou acidentes ocupacionais. A mesma expositora apontou
a importância da informação dada aos beneficiários e a colaboração entre Ministérios,
225 como da Fazenda, de modo a aumentar o número de beneficiários. A propósito, o Dr.
Valdete, representando a Força Sindical, lembrou sua articulação com Carlos
Clemente, de Osasco, para informar de sua atuação com dados, levando inclusive a
que se pudesse denunciar, na Organização Internacional do Trabalho, que os dados
fornecidos para a OIT em 97 e 98 não coincidiam com aquilo que estava sendo
230 publicado pelo Ministério da Previdência Social. Mencionou, ainda fruto da mesma
parceria, através do sindicato de Osasco, o lançamento de um livro para mostrar um
pouco do que era o trabalhador acidentado. Por fim, lembrou, seguindo o mesmo
diapasão, o sindicato da construção civil de São Paulo que, num projeto inédito, está
construindo uma associação de viúvas e vítimas de acidentes de trabalho na
235 construção civil em São Paulo, buscando nas favelas de São Paulo as viúvas dos
acidentados fatais, daqueles que morreram na construção civil de São Paulo, e
trabalhando esses dados sociais. Na mesma linha, a Senhora Joseline Maria lembrou o
trabalho feito pelo César da sede da Firjam do RJ sobre o coletivo de Santa Cruz no
RJ. O Senhor Magnus Ribas ressaltou, porém, que no âmbito da NR-04, a única forma
que se tem de garantir saúde e segurança nas empresas menores é colocá-las junto
240 com as grandes e compartilhar custos. O Senhor Valdete Lopes afirmou que se quer
sair do atendimento precário que é feito através do programa solto, sem nenhuma
responsabilidade, quer seja técnica, quer seja social, para um comprometimento do
serviço nesse sentido. O Senhor Domingos Lino lembrou que existe um fator importante
que vem aparecendo em todas as Normas, principalmente na 5 e na 4 que é a
245 participação dos trabalhadores. Afirmou que o que se espera da NR-04 é que os
trabalhadores tenham condições de trabalho, mas que trabalhem também, e para isso,
o controle social tem que ser exercido. Dando continuidade à discussão, a Senhora
Joseline Maria solicitou ao Engenheiro André, que falasse sobre os Termos de
Cooperação. O Senhor André Luís então afirmou que o primeiro deles já foi assinado
250 com o CONFEA e tem como objetivo a inclusão de conceitos de Segurança e Saúde
junto à classe de Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos, ou seja, uma preocupação de
caminhar também pela questão da ética profissional, discussão das questões éticas
profissionais especificamente no campo da Segurança e Saúde. Com relação aos
255 outros dois termos, continuou, os mesmos também têm essa preocupação de contatar
outras instituições que possam agregar suas estruturas na busca da melhoria das
condições de Segurança e Saúde no Trabalho. Dando continuidade, o Senhor, Juarez
Correia, lembrou que o Termo de Cooperação com a Aneel segue o mesmo tipo de
propósito. Passando ao próximo ponto, o Senhor Juarez Correia lembrou que tramita na
260 Câmara Federal um projeto que busca disciplinar quais seriam as atribuições do SUS
em relação à saúde do trabalhador, mencionado que seria muito importante que o
mesmo melhor refletisse o que seria uma verdadeira integração das ações dos órgãos,

cada um com a sua afinidade, cada um com a sua contribuição, cada um com as suas áreas de atuação específicas, concluindo que essa seria uma oportunidade única. O Senhor Luís Carlos afirmou, então, que imaginava que o projeto em análise, apesar das modificações, não seria a última versão da CIST . Ainda sobre o projeto, o Senhor Magnus Ribas opinou que o projeto estava fora da realidade contemporânea porque havia sido elaborado antes da instituição dos processos. O substitutivo do projeto vem na mesma linha, continuou, excluindo a sociedade da discussão, excluindo o Ministério do Trabalho. Concluiu que embora tenha feito uma apreciação preliminar do documento, o mesmo aparentemente não resolveu nenhum dos problemas que foram levantados por representantes do Ministério do Trabalho, dos trabalhadores dos empregadores, afirmando que o governo precisa se articular. O Senhor Domingos Lino lembrou que essa discussão, da saúde do trabalhador, se faz com certa tranquilidade na CUT, da qual faz parte. Sugeriu ainda a construção de um Sistema Integrado de Saúde do Trabalhador, onde todas as ações desde a atenção, desde a vigilância, desde a fiscalização, os critérios para reconhecimento, afastamento, pagamento de benefícios, têm que ser algo minimamente integrado. Afirmou que a discussão está sendo feita de forma desfocada e que seria necessário que a discussão integrasse os diversos órgãos competentes. O Senhor Clóvis Veloso ponderou, por outro lado, que sua bancada não é contra a integração, mas considerou necessário levantar alguns pontos e fazer algumas remissões à legislação, primeiramente à Constituição no seu artigo sétimo que diz que são direitos dos trabalhadores rurais, além de outros, que visam a melhoria de sua condição social, no inciso 22 a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de Normas de saúde, higiene e segurança. Também fez remissão ao Decreto-lei 5452-43 vulgarmente conhecido como Consolidação das Leis de Trabalho, CLT, no seu capítulo 5 artigo 155, incumbe ao órgão de âmbito nacional, competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, estabelecer nos limites de sua competência. Concluiu as remissões afirmando haver restado claro de quem que é a competência para fiscalizar e normatizar. Reafirmou que seu grupo é contra qualquer exclusão de discussão dessa matéria fora do âmbito do Ministério do Trabalho. Afirmou portanto que essa discussão tem que ser na CTPP, a Normatização tem que sair da CTPP. A Senhora Luiza Tânia interveio afirmando que direito à garantia de redução dos riscos, dá-se no âmbito do Brasil inteiro, de todos os Ministérios, e não só do SUS. Continuou, em tom de desabafo, discordando de que a lei orgânica da saúde, Lei nº 8080, fala que é atribuição do SUS fiscalizar condições de trabalho. Afirmou que referida lei não fala de atribuição, a Constituição não fala de atribuição de fiscalização para o SUS, mas fala em colaboração, que ao SUS compete executar ações de saúde e colaborar, inclusive, com o meio ambiente de trabalho. Chamado à discussão, o Senhor Ronaldo Caputo afirmou que este processo está um tanto confuso devido ao grande número de atores envolvidos, comprometendo-se sua eficácia. Primeiramente, lembrou da questão da relação de emprego, dada a crescente informalidade nessa área, concluindo que a saúde é direito de todos, e não só do trabalhador. Em seguida, suscitou o problema da regulamentação, já que o processo de atuação do conselho municipal de saúde é totalmente diferente do processo que poderia ser implementado em matéria de regulamentação. Em terceiro lugar, lembrou o problema da descentralização de regulamentações, afirmando que não é contra que a Norma seja absolutamente centralizada, mas para ser descentralizada ela precisa ser discutida num fórum adequado. Chamada à discussão, a senhora Vera Olímpia apontou a

necessidade de levar as experiências consolidadas na CTPP para as experiências regionais, para os planejamentos, tanto a nível nacional, quanto a nível regional. Nesse sentido, afirmou ser uma das prioridades do órgão levar as políticas tripartites para as regiões, o que já vem sendo feito, mas a expositora reforçou a necessidade de fazê-lo de forma prioritária. A expositora lembrou que foi desenvolvido há dois anos e meio um grande programa de capacitação, cuja continuidade e melhoramento depende de uma mudança de mentalidade dos atores envolvidos. A propósito das alterações legislativas, lembrou da necessidade de uma maior aproximação do Congresso Nacional, ainda mais agora com a restrição das Medidas Provisórias. Nesse sentido, realçou a urgência de, se é desejado efetivamente fazer uma discussão ao nível do legislativo, a mesma deve ser iniciada com o mínimo de consenso entre os atores envolvidos, sob pena de se perder as rédeas dessa discussão e aquele projeto apresentar uma cara indesejada. Em seguida, o senhor Magnus Ribas agradeceu, em nome da bancada patronal, à secretária da comissão durante o ano. No mesmo sentido, o Senhor Domingos Lino, em nome da bancada dos trabalhadores também agradeceu o suporte e o apoio que obteve. Dando continuidade, o Senhor Juarez Correia retomou o assunto do primeiro período, o projeto substitutivo ao projeto do Deputado Eduardo Jorge, passando a palavra ao representante do Ministério da Saúde, Senhor Fadel. Nesse momento, o senhor Luiz Carlos Fadel iniciou sua exposição concordando com a afirmação de que o sistema de saúde não dá conta hoje de várias questões, mas segundo o mesmo, o Ministério do Trabalho também não dá conta totalmente dessas questões, assim como a Previdência não dá conta. Enfim, o aparelho do Estado nessa área especificamente de saúde do trabalhador, ainda carece de melhorar a sua intervenção, e está claro hoje que o entendimento de saúde é um entendimento amplo que perpassa todos os segmentos da sociedade, inclusive o segmento do trabalho, produção, consumo e meio ambiente. Nesse sentido, quando se fala de saúde do trabalhador falam-se de saúde, de políticas de saúde. E o que não se tem até hoje é uma política de Estado para a área de saúde do trabalhador, mas sim políticas fragmentadas. Continuou, afirmando que a CTPP não seria o fórum que abrangesse essa discussão, embora seja fundamental nesse momento para contribuir para essa discussão, mas é possível que se tenha que abrir um outro fórum de debate em relação a essa questão para se traçar uma política de Estado, não de Governo, em relação à saúde dos trabalhadores, perpassando todas essas questões. Concluiu sua exposição reiterando a necessidade de se integrarem as políticas desenvolvidas pelos diversos atores. A propósito de tal integração, mencionou o conflito legislativo entre normas estaduais e federais, como o ocorrido no Rio de Janeiro. Nesse momento, interveio a senhora Tânia, fazendo um esclarecimento no sentido de que houve uma ação direta de inconstitucionalidade da lei estadual do RJ, havendo se manifestado a Turma competente do STF. O senhor Valdete Lopes também interveio a propósito do projeto, afirmando que o mesmo já havia sido arquivado que foi recuperado, e que na Força Sindical foi feita uma discussão a respeito do mesmo, verificando-se que ele trata de matérias que são específicas e que já são tratadas em outros capítulos na legislação pertinente, concluindo que o projeto não faz sentido. Concluiu afirmando que dentro de sua análise, deve ser pedido o rearquivamento do projeto. Mencionou também a necessidade de integração entre as políticas e legislações existentes no país, lembrando que se deve construir algo que fique acima da vontade política daqueles que ficam a frente dos Ministérios. Propôs, enfim, a aceleração desse processo da

integração via GEISAT. No mesmo diapasão, o senhor Adir de Souza também ressaltou a necessidade de integração das políticas e legislação existentes. O senhor Domingos Lino, a seu turno, lembrou que qualquer iniciativa nessa área não deverá sair com a cara de algum Ministério, da Previdência, do Trabalho ou da Saúde, mas com a cara da sociedade. Concluído este debate, o senhor Juarez Correia deu continuidade à discussão, sendo interrompido pelo senhor Caputo, que indagou por que o Conselho Nacional de Seguridade Social, regulamentado pela lei 8.212, acabou não funcionando e hoje foi desativado. Em seguida, interveio o senhor Clovis Veloso, fazendo leitura do art. 200 de referida lei, que fala sobre o SUS, competências e outras atribuições no termo da lei. Finalizando a reunião, o senhor Juarez Correia expôs parte da agenda para 2002, da qual consta uma reunião de avaliação e planejamento das ações do PBQP, com os gerentes do PBQP, no próximo dia 10 na DRT São Paulo. Em seguida, agradeceu a todos e encerrou a reunião.